

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Bruno Dantas e o BRB

Nem o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), escapou das garras do Banco Master. Ele contou à coluna que há algum tempo seu gerente do BRB fez a proposta de aplicar um recurso parado, algo em torno de R\$ 40 mil, num CDB que iria render 140%. Quando o escândalo estourou, ele foi atrás para saber onde o dinheiro estava investido. Aí que descobriu tratar-se do Master. Já foi restituído pelo Fundo Garantidor de Crédito, mas ficou a lição: quando o ganho é demais, o santo desconfia.

Segurar o rombo

Deputados e bancos não conseguem chegar a um acordo sobre o projeto batizado de “resoluções bancárias”, que trará novas regras para o sistema financeiro, a fim de evitar um “vale a pena ver de novo” do escândalo do Master. O deputado Mauro Benevides Filho (União-CE), por exemplo, quer propor que a prioridade seja o uso do patrimônio dos banqueiros como forma de compensar rombos deixados nas instituições. Mas o setor não quer nem saber dessa possibilidade.

Tesouro Nacional na mira

No atual relatório, a primeira opção é buscar formas de o gestor pagar a dívida, seguida pelos acionistas e, depois, operações de crédito. Contudo, Benevides afirma que se o banco realmente faliu, esses três primeiros caminhos seriam inviáveis, e o empréstimo da União, que está na quarta opção, viraria a primeira, o que prejudicaria o Tesouro Nacional. “Antes do Tesouro, o patrimônio do cara tem que ser usado”, disse Benevides à coluna.

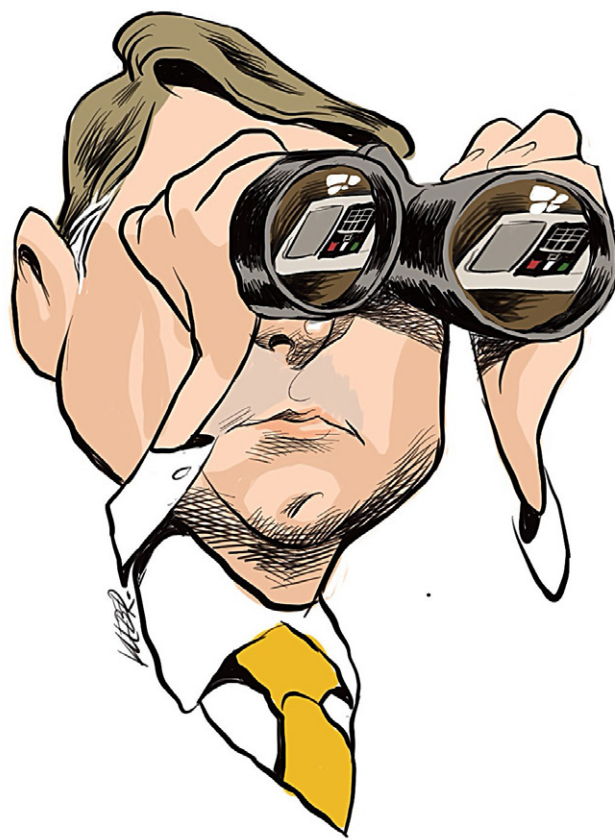
A aposta do União

Se tem uma região em que o União Brasil jogará todas as suas fichas é o Nordeste. Lá estão 16 dos 51 deputados do partido, sendo cinco da Bahia, onde o PT tem o governo estadual, e o União, a Prefeitura de Salvador. O estado é uma das prioridades eleitorais do partido.

Uma janela de problemas

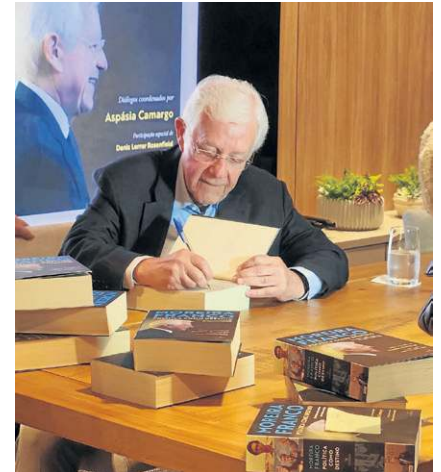
Fechada a janela para troca de partido, a ordem agora entre aqueles que têm candidato à Presidência da República é tentar aparar arestas que ficaram. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-SP) terão que oferecer mundos e fundos à federação PP-União Brasil se quiserem garantir a oficialização da aliança. Daí o aceno para que a deputada Simone Marquetto (PP-SP) ocupe a vaga de candidata a vice na chapa presidencial encabeçada pelo filho 01 de Jair Bolsonaro. Só tem um probleminha nesse movimento: foi feito sem consultar primeiramente os caciques da federação União Progressista. Se Flávio divulgou a reunião com Simone, a fim de colocar o nome dela na chapa como fato consumado, será mais uma insatisfação de aliados a administrar. Não é segredo para ninguém que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) acalentava o sonho de ocupar a vice na chapa.

Não foi apenas na ala mais à direita que as mudanças de partido geraram insatisfações. Em almoço na Casa Parlamento, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), criticou os motivos que levaram muitos a trocar de legenda. “O princípio da fidelidade partidária deveria ser fundamental para acabar com o que nós presenciamos nessa janela — uma esculhambação. Nunca vi nada igual. Negócio feio. Se a sociedade tivesse conhecimento desse bastidor, seria um escândalo. Por que que a sociedade, em geral, é antipolítica? Porque ela vê tudo isso. Um quinto da Casa mudou de partido e você não sabe por que mudou”, disse. O líder deu exemplo de um colega parlamentar que mudou de sigla porque o novo partido teria prometido uma fatia maior do fundo. Pior: a nova legenda não tem nenhuma identidade partidária com o deputado em questão.



CURTIDAS

Eduarda Esposito/CB/D.A. Press



Horas de dedicatórias/ O ex-governador e ex-ministro Wellington Moreira Franco (foto) ficou quatro horas autografando seu livro *Moreira Franco, a política como destino — Caminhos e descaminhos da redemocratização*, lançado ontem, em Brasília.

O périplo de Caiado/ O ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, vai a Porto Alegre conversar com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD). A ordem é afastar qualquer ruído de insatisfação do gaúcho com a chapa.

Por falar em chapa.../ Caiado ainda não definiu o vice ou a vice. Quer alguém que agregue e essa escolha não ficará para depois da Copa do Mundo.

O sonho de Izalci/ O senador Izalci Lucas (PL-DF) mantém a esperança de ser o candidato do partido ao Governo do Distrito Federal. Ele aposta que a governadora Celina Leão (PP) tem tudo para se desgastar com escândalo do Master, levando Michelle Bolsonaro a abandoná-la. O problema é que, dentro do PL, o plano B para o GDF é a senadora Damares Alves (Republicanos) e não Izalci.

PODER

Ministro Moraes pede que ADPF impetrada em 2021, que sugere regras mais claras à colaboração, seja julgada ainda este ano

Ação para regular delação volta à tona

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu ao presidente da Corte, Edson Fachin, que coloque em julgamento, ainda este ano, uma ação apresentada pelo PT que trata dos limites da delação premiada. A consulta do partido foi protocolada em 2021 e, segundo a Corte, não há perspectiva de quando será analisada.

Moraes traz de volta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no momento em que se tornou um dos personagens do caso do Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central devido às fraudes praticadas no mercado financeiro. A mulher do ministro fechou um contrato de consultoria de R\$ 129 milhões com o banco de Daniel Vorcaro — que está preso e negocia um acordo de delação —, além de o próprio magistrado ter viajado em aeronaves de empresas de propriedade do ex-banqueiro.

A ADPF pretende estabelecer

regras mais claras para o instituto da colaboração premiada. O argumento dos advogados do PT, à época, é de que o modelo vigente pode violar garantias como o direito de defesa e a presunção de inocência, além de gerar insegurança jurídica.

Um dos principais pontos questionados na ADPF é a “delação cruzada”. O PT defendia que “as declarações do colaborador premiada, mesmo quando corroboradas por outras delações recíprocas, não poderão ser o único fundamento para ensejar decretação de medidas cautelares reais ou pessoais; decisão de recebimento de denúncia ou queixa-crime; sentença condenatória”, sob pena de violar a presunção de inocência.

A ação também trata da ordem de manifestação no processo. Segundo o pedido, o réu delatado deve sempre falar por último. O texto solicita que seja garantido “ao réu delatado a oportunidade de manifestar-se após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou, sob pena de nulidade absoluta por manifesta violação ao devido processo

legal, contraditório e ampla defesa”.

Outro ponto envolve os limites dos acordos. O PT questionava a concessão de benefícios que não estão previstos em lei. A proposta é que a Justiça só valide acordos dentro das regras já estabelecidas, evitando negociações consideradas irregulares.

O **Correio** conversou com Lênio Luiz Streck, um dos autores da ADPF. Ao comentar a retomada da ação, ele afirmou esperar que o tema seja analisado sem influência política. O jurista defendeu o uso cauteloso da delação premiada e reforçou o caráter excepcional do instrumento.

“A delação premiada é a bala de prata do processo penal. Ela só pode ser usada quando nenhuma outra bala mata o lobisomem. Delação não é prova, delação é meio de busca de prova”, frisou.

Lênio explicou que o objetivo do processo é evitar distorções no uso da delação premiada, além de fortalecer as diretrizes atuais. “Nós deixamos bem claro que os efeitos tinham que ser só para o futuro. Estávamos preocupados

Reprodução/Redes sociais



Um dos autores da ADPF, Lênio salienta que a delação premiada “não é prova, é meio de busca de prova”

com o futuro”, explicou.

Segundo ele, a iniciativa foi construída com base em situações reais. “Tivemos casos que serviram como base para nossa ação. Entre os problemas apontados estão práticas como a delação cruzada e acordos com benefícios considerados indevidos. ‘Você pode fazer um acordo e trazer benefício para tua família!’ Houve casos desse tipo. Então a gente disse: ‘Não!’, ressaltou.

O jurista também citou

irregularidades na condução de negociações. “O Ministério Público combinava a delação com o réu”, afirmou. Para ele, o cenário reforça a necessidade de o STF estabelecer limites mais claros para o instrumento.

Ele ainda questionou a voluntariedade de delatores em determinadas situações. “É possível presumir que o delator, que está negociando, está totalmente interessado em delatar? Ele pode

delatar quando está preso?”, questionou. Segundo ele, esse tipo de situação pode comprometer a validade dos acordos.

Em 2022, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou contra a ADPF. À época, o então procurador-geral da República, Augusto Aras, avaliou que os pontos levantados pelo PT não exigiriam análise do STF.

» **Leia mais na página 7**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Flávio indica deputada e embola disputa pelo TCU

» WAL LIMA

A Câmara dos Deputados deve realizar, na próxima segunda-feira, a sabatina dos candidatos à vaga aberta no Tribunal de Contas da União (TCU), etapa considerada decisiva antes da votação em plenário para a escolha do nome

da Casa. A eleição para definição do novo ministro está prevista para terça-feira, em meio a um cenário de múltiplas candidaturas e intensa articulação política.

Às vésperas da avaliação dos nomes, o cenário sofreu uma reviravolta com a entrada da deputada federal Soraya Santos

(PL-RJ) na disputa. O nome foi apresentado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, depois da retirada da candidatura do deputado Hélio Lopes (PL-RJ), que até então era o indicado do partido. A mudança ocorreu por causa da pressão por maior representatividade feminina e redesenhou a estratégia da legenda na corrida pela vaga.

Ao anunciar, Flávio indicou que o foco da oposição será evitar a fragmentação de votos. A avaliação

dentro do grupo é de que o excesso de candidaturas pode favorecer o nome apoiado pelo governo, especialmente em uma votação secreta, como ocorre no plenário da Câmara.

Do lado governista, o principal candidato é o deputado Odair Cunha (PT-MG), líder do partido na Câmara e nome respaldado pelo Palácio do Planalto. A candidatura integra um acordo político firmado ainda na eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a Presidência da Casa e vem sendo tratada como

prioridade pela base aliada.

Motta, aliás, tem reiterado o compromisso com o rito da eleição e com o acordo político construído. “Nós vamos cumprir integralmente o rito já pré-estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, afirmou.

A posição reforça o favoritismo de Cunha na disputa, especialmente diante do apoio de partidos da base e da articulação conduzida pela Presidência da Casa. Ao mesmo tempo, as várias candidaturas fora

do campo governista são vistas como um fator que pode influenciar diretamente o resultado final.

Além do candidato do PT e da recém-lançada Soraya Santos, outros nomes também estão colocados na disputa, ampliando o grau de incerteza. Entre eles estão os deputados Elmar Nascimento (União-BA), Hugo Leal (PSD-RJ), Adriana Ventura (Novo-SP), Danilo Forte (PSDB-CE) e Gilson Daniel (Podemos-ES), que buscam viabilizar apoios em diferentes bancadas.